

Teaching Practice and the Development of Attitudinal Skills in Early Childhood Education in the Face of Manifestations of Urban Violence

Prática Docente e o Desenvolvimento de Habilidades Atitudinais na Educação Infantil frente às Manifestações de Violência Urbana

Josélia dos Reis Pinto dos Santos²
Marlene de Araújo Carvalho³

Data de Submissão: 12 fev. 2018.

Data de Aprovação: 01 mar. 2018.

Data de Publicação: 30 jun. 2018.

ABSTRACT: This article, the result of a monographic research, addresses urban violence as a negative factor to the teaching and learning process concomitantly linked to the attitudes developed by children in early childhood education. Considered a contemporary and flexible theme, violence has been a factor originated in society, adapting to the historical moment, having different conceptions and meanings. In this, the school as part of society is within the scope of violence manifestations promoting healthy attitudes in the teaching and learning process, in order to reverse negative attitudes caused by the strong contrast of violence. Faced with this problem, a bibliographical research was carried out using the observational method. Theoretical contributions were documents such as the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2010), Curricular Reference for Early Childhood Education (1998), and the authors: Zabala (1998), Freire (2014), Assis (2010), Abramovay and Street (2002). Thus, it was concluded that urban violence in school negatively compromises the relationship of teaching and learning, since the child is vulnerable to the manifestations that occur; The teacher wears out physically and mentally, in addition to the crisis of teaching authority that provides early childhood education with a space for confrontation with the manifestations of violence and the relentless pursuit of the child's citizen formation. It was also concluded the need for more research on the subject in the school environment.

RESUMO: Este artigo, fruto de uma pesquisa monográfica, aborda a violência urbana como fator negativo no processo de ensino e aprendizagem atrelado concomitantemente as atitudes desenvolvidas pela criança na Educação Infantil. Considerada uma temática contemporânea e flexível, a violência tem sido um fator originado na sociedade, adaptando-se ao momento histórico, tendo então diferentes concepções e sentidos. Nisso, a escola como parcela da sociedade insere-se no âmbito das manifestações de violência promovendo atitudes saudáveis no processo de ensino e aprendizagem, no intuito de reverter atitudes negativas ocasionadas pelo forte contraste da violência. Frente a essa problemática realizou-se uma pesquisa bibliográfica utilizando o método observacional. Teve-se como aportes teóricos os documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), e os autores: Zabala (1998), Freire (2014), Assis (2010), Abramovay e Rua (2002). Desta forma, concluiu-se que a violência urbana no espaço escolar compromete negativamente a relação de ensino e aprendizagem, uma vez que a criança encontra-se vulnerável às manifestações ocorrentes; o professor desgasta-se física e mentalmente, além da crise de autoridade docente que propicia à Educação Infantil um espaço de confronto às manifestações de violência e a busca incessante da formação cidadã da criança. Concluiu-se também que há a necessidade de mais pesquisas sobre a temática no âmbito escolar.

1 **Atribuição CC BY:** Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

2 Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Santo Agostinho. **E-mail principal de contato:** joselia.voce@hotmail.com.

3 Orientadora do trabalho. Doutora em Supervisão e Currículo (PUC-SP). E-mail: marlrac@hotmail.com.

Keywords: Urban violence. Attitudinal skills. Teaching and learning process. Child Education.

Palavras-chaves: Violência urbana. Habilidades atitudinais. Processo de ensino e aprendizagem. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

As manifestações da violência são claramente visíveis na sociedade tornando-se uma temática de interesse aos pesquisadores da educação, visto que tal realidade permeia o cenário escolar, especialmente nas escolas públicas. Essa realidade é comumente posta ao professor como situação de risco devido à ausência de postura e de autoridade na amenização dos conflitos que perpassam a sociedade e se inserem no cotidiano escolar interferindo no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a violência urbana tem-se apresentado com várias faces na sociedade, encontrando-se em vários contextos e manifestando-se de várias formas. No contexto educacional, a violência apresenta-se como um fator problemático e implicador de diferentes problemas no processo de ensino e aprendizagem afetando tanto a criança na sua vulnerabilidade, em posição formativa, quanto na autoridade do professor em sala de aula.

Tendo em vista esta preocupação, investigou-se até que ponto a violência urbana interfere nas atitudes diárias da criança para a vivência em sociedade, além das habilidades necessárias a serem desenvolvidas pelos professores de forma pedagógica no processo de ensino e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Diante da seriedade do problema, caracteriza-se a violência como empecilho ao corpo docente no sucesso da relação entre ensinar e aprender, buscando subsídios para a realização do estudo. Para tanto, buscou-se como aportes teóricos autores e documentos que tratam da temática investigada, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), e os autores: Zabala (1998), Assis (2010), Freire (2014), Abramovay e Rua (2002).

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa bibliográfica deram-se, de forma analítica, por meio de leituras de livros e artigos correspondentes à temática, visando perceber as sérias implicações, acarretadas pela inserção da violência urbana no contexto escolar, a partir da pesquisa bibliográfica.

Este artigo, produto de uma pesquisa monográfica, tem o objetivo de abordar a violência urbana como fator negativo ao processo de ensino e aprendizagem, apresentando uma discussão com o propósito de aperfeiçoar a formação profissional de pesquisadores da educação, bem como desenvolver soluções satisfatórias às implicações da violência urbana no processo de ensino e aprendizagem. Assim, é feita uma abordagem conceitual dos termos pertinentes neste estudo no intuito de tornar a leitura mais clara. Foi realizada também uma perspectiva histórica com o propósito de discutir se a violência sempre esteve presente em nossa sociedade, mas hoje permeia outros cenários; como também, se pode ser no atual cenário pelo menos minimizada.

A Crise de Autoridade no Processo de Ensino e Aprendizagem: Principais Dificuldades Encontradas por Professores no Processo Educativo

Com a imersão da violência urbana no contexto escolar, o corpo docente enfrenta um novo desafio procedente das reproduções de violência praticada pelo aluno na Educação Infantil, gerando a crise de autoridade. Considerada hoje um problema grave na família e bastante frequente nas escolas, a crise da autoridade remete à ideia de impotência e ausência do controle de algo ou alguém.

A Educação Infantil a partir de seu currículo objetiva desenvolver integralmente a criança, não somente sob uma perspectiva individual, mas também sociais, uma vez que tal espaço oferece à criança habilidades pertinentes à vivência em sociedade.

Nessa ideia inicial, é necessário que se defina e caracterize os traços de violência que hoje se enfrenta, pois a violência sempre existiu, caracterizando-se como universal. A preocupação e interesse surgem quando essa mesma violência se expande e passa a ocupar outros âmbitos, como a escola, antes considerada como espaço reservado a manifestação da aprendizagem e lugar de socialização. Nessa questão, a temática mostra-se conflituosa majoritariamente nas escolas públicas,

pela razão do descaso por parte do poder público. Tal realidade é posta, tanto para a escola como para o processo de ensino e aprendizagem, como desgastante, na medida em que não se sabe como agir diante da mutabilidade de ações existente na sociedade.

Devemos observar que torna-se difícil conceituar a violência no meio social, uma vez que a mesma violência possui concepções distintas para cada momento histórico. Desse modo, não somente tem-se a concepção variada de violência como também não se restringe à prática desta por instituições dominadoras de/por armas. A violência é, portanto, expressão também executada pelas famílias, empresas, escolas dentre outros setores sociais.

Sob uma análise histórico-conceitual, a conceituação de violência foi passada por ressignificação várias vezes, de acordo com o momento histórico, no qual se tinha um sentido de violência adequado à época. Nisto, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986) define primeiramente o sentido de violência: “violência significa qualidade de violento; ato violento, ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação” (p. 1779).

Entende-se por essa afirmação que o termo violência é comumente usado para denotar destruição física de algo a partir da força. Com o passar dos anos, e em outro momento histórico Fukui (1991 apud CANDAU; LUCINDA; NASCIMENTO, 1999, p. 20) descreve sob outro aspecto a conceituação de violência, afirmando que:

Violência é o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência. Na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando há desejo de destruição.

Com a inserção da violência nas instituições sociais, várias mudanças comportamentais são postas como reflexos oriundos das manifestações de violência e entendida pela sociedade como perda de valores fundamentais ao bom desenvolvimento moral e ético nas relações sociais e nessa questão social. O setor urbano ocupa atualmente a maior parcela social do Brasil devido suas vantagens econômicas e tecnológicas. Neste sentido, as questões trabalhistas são facilmente difundidas e

procuradas pelo proletariado urbano. A sociedade urbana também ocupa a maior parcela da burocracia devido as suas atividades comerciais, industriais, residenciais e escolares mediante a existência de normas e regras no meio social.

Tendo alcançado vários âmbitos, a violência constitui-se de manifestações conforme o lugar ocupado. Com esta ideia, Assis (2010) discute os tipos de violência imersos na sociedade, com o intuito de entender os vários sentidos atribuídos no setor urbano, local onde a criança está submetida. São eles: violência familiar, violência institucional, violência na escola, da escola e contra escola.

Como cenário formador, a escola processa em seu interior as manifestações da violência exercida no setor urbano, sendo produtora e vítima de tal violência. Dito isso, a violência escolar se manifesta de várias formas, tais como: contra a escola, violência da escola e na escola.

A violência contra a escola é concebida por ações de violência praticada por agentes exógenos à escola, sendo ela realizada por meio de “depredações, roubos e arrombamentos” (ASSIS, 2010, p. 71). Dessa forma, é preciso indagar: Temos escolas do bairro ou no bairro?

A resposta encontra-se oculta nas formas de proteção que as escolas são obrigadas a se submeter, pondo cercas elétricas, grades e conversas veladas com os pais. Além da depredação, a violência contra a escola pode também ser definida como uma “desvalorização social e empobrecimento do professor” (ASSIS, 2010, p. 66) uma vez que os agentes responsáveis pela implementação de políticas públicas não têm promovido uma qualificada formação docente para tais questões conflituosas.

Embora a violência urbana perpassa os âmbitos escolares influenciando no comportamento da criança, é preciso entender quão vulnerável a mesma criança se encontra para a absorção de ações de violência a ponto de executá-las em âmbito escolar, interferindo no processo de ensino e aprendizagem.

Com a imersão da violência urbana no contexto escolar, o corpo docente enfrenta um novo desafio procedente das reproduções de violência praticado pelo aluno na Educação Infantil: a crise de autoridade. Considerada hoje um problema grave na família e bastante frequente nas escolas, a crise de autoridade remete a ideia de impotência e ausência do controle de algo ou alguém.

Entendendo o professor em uma posição de mediador na produção do conhecimento, é

relevante indagar acerca da postura docente atualmente, como se encontra a ação docente em meio às manifestações de poder e como manter a disciplina e a autoridade concomitantemente em uma relação de mutualismo com os alunos em sala. Ambas as indagações devem ser analisadas minuciosamente, pois com o advento da tecnologia, a ampliação da diversidade e a imersão da violência urbana por vários reprodutores, a ação docente tem entrado em conflito.

O trabalho do professor na Educação Infantil mudou e muda conforme as necessidades da sociedade e, com a inserção da violência urbana no espaço escolar, o professor encontra-se sem saber o que fazer diante de agressões verbais, xingamentos, desordem e outros tipos de reproduções violentas, que interferem no processo de ensino e aprendizagem e em sua autoridade no controle disciplinar desse mesmo processo.

Sobre autoridade, diz-se que ela possui uma enorme relevância dentro de sala de aula porque ela propõe uma “[...] garantia da estabilidade do mundo que os cerca, já que essa mantém um ambiente que tranquiliza a criança (ou o adolescente) e garante o objetivo da ação pedagógica.” (FURTER, 1979, apud NOVAIS, 2004, p. 18)

Aquino (1998, p. 15) contrapõe-se à ideia citada acima quando este diz que “não há exercício de autoridade sem o emprego de violência”. Visto desta forma, o autor coloca a autoridade como elemento pertencente à violência, sendo assim consideradas, violência e autoridade, constituintes duais presentes nas instituições.

Diante destes conceitos conflitantes, Houaiss e Villar (2009, p. 78) definem autoridade como “influência exercida por pessoa sobre outra; ascendência”. Nisso, declara-se que a autoridade docente deve ser encarada não como servilismo para benefício do mesmo e nem comparada com o autoritarismo, pois enquanto a primeira assume um papel de instrumento pedagógico necessário na indisciplina ou qualquer reprodução de violência dentro de sala de aula, a segunda é o próprio ato de violência urbana praticada simbolicamente pelo professor.

Embora autoridade e autoritarismo sejam concebidos concomitantemente em uma instituição escolar, é necessário diferenciá-los, pois quando um professor utiliza da autoridade como interação entre os alunos, construída por meio de regras claras, justas e dialogadas, a autoridade se transforma em um fator de autonomia, favorecendo o desenvolvimento crítico da criança. Porém, se o

professor utiliza de posturas imponentes, severas e injustificadas, impõe-se a obediência pelo uso do autoritarismo.

Corroborando esta ideia, Freire (2014, p. 64) afirma:

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca.

Desse modo, a ação docente exercida na forma de autoritarismo, autoridade ou qualquer outra, marcará a realidade do aluno. No contexto da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil deixam claro que a prática pedagógica deve ser consolidada a partir de propostas orientadas por princípios éticos, políticos e estéticos conferindo autonomia, respeito, cidadania, criatividade e respeito ao bem comum (BRASIL, 2010, p. 16). Tais princípios devem ser articulados à proposta metodológica do professor e aos conteúdos selecionados a partir da vivência dos alunos.

Ainda sobre a relevância da autoridade docente e como esta se torna elemento chave para a questão disciplinar em sala de aula, ressalta-se neste momento a dificuldade em praticá-la, pois com a inserção da violência no espaço escolar, muitos professores perdem a ordem e o controle discente em razão do espaço que as reproduções de violência ocupam na escola e no processo de ensino e aprendizagem.

Considerada como um agravante no processo de ensino e aprendizagem, a crise de autoridade inibe a autonomia docente, pela falta de vez e voz do professor que a violência urbana consegue impor dentro da escola. Sob essa questão, Abramovay e Rua (2002) descrevem a partir de números as implicações majoritariamente presentes no campo escolar por meio de uma análise estatística; porém apresentam-se aqui as implicações que mais afetam o corpo docente com a inserção da violência urbana no cenário escolar como dados qualitativos, são eles: “Seu estímulo para o trabalho diminui, sente-se revoltado, não consegue se concentrar direito nas aulas; perde a vontade de ir trabalhar, fica nervoso e irritado na escola”. (ABRAMOVAY; RUA 2002, p. 306)

Ressalta-se que as implicações acima descritas não se restringem apenas como resultantes da

variável crise de autoridade, mas também da própria manifestação de violência reproduzida pelos alunos.

A autoridade proporciona equilíbrio entre o saber docente e discente, mesmo que ambos possuam vínculos de ensino e aprendizagem, pois ora o aluno aprende ora ensina e vice-versa. Nesta relação é necessário enfatizar os principais conflitos e as principais dificuldades encontradas por professores na falta de autoridade que resulta na falta de autonomia no processo escolar.

As principais dificuldades encontradas por professores podem ser discutidas a partir de três instâncias. Primeiramente, encontra-se o enfraquecimento familiar como produtor da crise de autoridade docente, pois a falta de acompanhamento ou o controle disciplinar da criança dentro do âmbito familiar acarreta em más condutas fora dela.

As reproduções de violência praticadas em sala de aula atrapalham a ordem escolar e a concentração do professor, e como medida preventiva, o corpo docente adota a possível intervenção familiar, vista como solução para a amenização de conflitos escolares, porém tal perspectiva é frustrada, já que a própria família é reprodutora de ações violentas no âmbito familiar servindo de exemplo para a criança.

Em segunda instância, surge a falta de postura docente em resolver tal conflito, em virtude da ausência familiar. Desse modo, surgem para o professor duas fracas posturas diante das manifestações de violência na escola: a de confrontar frente a frente o comportamento violento da criança ou a de apenas ser passivo a tais manifestações.

As duas posturas apresentadas são tomadas atualmente por vários professores, que ora retrucam ora negligenciam o ato. Desta forma, enfatiza-se que o confronto de tal manifestação acarreta no desgaste físico e mental do professor além da perda do tempo que seria destinado à produção do conhecimento. A negligência também gera seus efeitos, pois a partir do momento que o professor torna-se passivo às manifestações de violência tomadas pelo aluno, a perpetuação de tais atos transforma-se em criminalidade em longo prazo.

Em terceira e última instância, encontra-se a falta de políticas públicas voltadas para a amenização da violência urbana e proteção do professor em meio às mazelas da sociedade. Em confronto, a LDBEN em seu art. 9º prescreve as incumbências da União e dentre elas encontra-se no inciso IV:

estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 2015, p. 12-13).

A menção da formação básica comum aos alunos torna-se um elemento importante quando o corpo docente sente-se seguro e propício a desenvolver tal formação necessária ao aluno. Declara-se que não somente deve-se assegurar a formação básica do aluno, mas também deve-se assegurar uma condição de permanência escolar do professor em realizar o que acima se menciona, tendo em vista as manifestações de violência dentro da escola.

O processo de ensino e aprendizagem é marcado por dificuldades em uma ordem hierárquica, gerando implicações que afetam tanto o corpo docente quanto uma minoria de crianças não praticantes da violência urbana, desejosas de uma aprendizagem significativa. Assim, as dificuldades postas pelos professores são vividas silenciosamente no dia-a-dia escolar obtendo apoio de um escasso grupo de pais interessados em se comprometer com o futuro educacional de seus filhos.

A relação de mutualismo no processo de ensino e aprendizagem é posta em questão quando colocadas as dificuldades encontradas por professores em sua crise de autoridade, uma vez que as interferências no processo de ensino não só chocam o professor como também o aluno. Nisso, a existência da autoridade docente em sala de aula alinha o processo de ensino e aprendizagem, colocando a ordem e o controle disciplinar nas questões de violência dentro da escola.

A Prática Pedagógica e o Papel Docente na Constituição dos Valores Éticos e Morais na Infância

A vivência e as experiências obtidas em sociedade reformulam o indivíduo e o coletivo. Majoritariamente as condutas impactam o ambiente, sendo importante enfatizar os valores como elementos constituintes da integridade humana e essenciais ao convívio em sociedade. Como um tema tão amplo e histórico, os valores se integram desde a antiguidade como meio minimizador de conflitos e importantes meios de

voltar o indivíduo ao seu estado original, isto é, passivo de ações conflituosas e bruscas.

A escola como espaço de múltiplas facetas, abriga vários estilos de vida, sejam culturais, religiosos, ou ideológicos. Dessa maneira, a Educação Infantil, por ser a primeira e mais importante etapa na vida do indivíduo, constitui-se espaço propício ao desenvolvimento das relações sociais a fim de permitir que estes valores beneficiem a personalidade da criança e sejam parte do dia a dia da realidade escolar. Nesse ponto, o RECNEI corrobora

[...] o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização (BRASIL, 1998, p. 30).

A afirmação acima coloca a posição docente de frente às novas posturas, já que o espaço escolar encontra-se diversificado atualmente. A prática pedagógica deve permitir o direito e a vivência de boas rotinas, atividades instigantes e desenvolvimento da autoestima, além de ampliar o conhecimento sobre as relações sociais e sua dinamicidade. Deste modo, não somente a prática pedagógica deve estar direcionada a desenvolver habilidades atitudinais nas crianças, mas também deve estar contida no currículo escolar.

Embora a diversidade e o forte contraste da violência estejam presentes em vários âmbitos da sociedade causando impacto, o desenvolvimento de valores pertinentes ao convívio em sociedade torna-se emergente e necessário. Assim, para se entender os pressupostos éticos e morais a serem desenvolvidos nos alunos na Educação Infantil, como medida preventiva à reprodução de violência e uso da agressividade em alta escala, conceitua-se ética como “parte da filosofia dedicada aos princípios que orientam o comportamento humano” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 324).

Importante direcionador do comportamento humano, a ética é concebida como algo tangível, beneficiando tanto a criança como a sociedade, ajudando na diminuição e reprodução dos índices de violência. Em uma mesma perspectiva, o desenvolvimento moral da criança é descrito como elemento chave na relação de ensino e aprendizagem e nas possíveis manifestações de violência, pois a moral caracteriza-se como

comportamento atuante a partir de um “conjunto de regras de conduta desejáveis num grupo social” (HOUAISS; VILLAR, p. 513).

Assim, é necessário repensar o papel docente e suas práticas pedagógicas, pois a ética e a moral “[...] estão associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças” (BRASIL, 1998, p. 48) e ponto de partida para a ação docente. Portanto, o desenvolvimento de valores éticos e morais na Educação Infantil não só permite o bom funcionamento do ensino e da aprendizagem mas também substitui os valores oriundos do forte contraste da violência urbana reproduzida diariamente pelo aluno.

O trabalho do professor na Educação Infantil, sob uma perspectiva de substituir os valores trazidos pela violência urbana, centra-se especificamente no desenvolvimento integral da criança pautado na construção de habilidades cognitivas, procedimentais e atitudinais. Tais habilidades desenvolvem-se concomitantemente na tarefa diária do professor por meio de objetivos, metodologias e avaliações, além do acolhimento, que constituem uma prática pedagógica respaldada na realidade do aluno e caracterizada como flexível por seu ajuste conforme sua necessidade.

Reconhecendo os conteúdos como premissa para o estabelecimento de objetivos e, por conseguinte, o desenvolvimento das habilidades, o RECNEI corrobora com esta ideia quando diz que “os conteúdos abrangem, para além de fatos, conceitos e princípios, também os conhecimentos relacionados a procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagem” (BRASIL, 1998, p. 49).

Desta forma, a prática pedagógica realiza-se em reciprocidade aos conteúdos, objetivos e habilidades, quando são estabelecidas de modo equilibrado a não beneficiar somente um dos lados do processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, se questiona: para que ensinar? O que ensinar? Para quem ensinar? As respostas encontram-se na finalidade de alcançar as habilidades em uma relação de saber, saber fazer e saber ser.

O tripé saber, saber fazer e saber ser, desenvolvido na educação, direciona a ação docente a desenvolver habilidades cognitivas, procedimentais e atitudinais respectivamente, constituindo um trabalho diário do professor na Educação Infantil. Em uma explicação detalhada, mas não extensa, as habilidades cognitivas são desenvolvidas em um âmbito psicológico, pois são

caracterizados por conhecimentos relacionados a “fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos” e também por conceitos e princípios (ZABALA, 1998, p. 41-42).

A criança que desenvolve a habilidade cognitiva adquire a capacidade de compreender conversas dominando a linguagem, constrói argumentações, explica fenômenos e estabelece noções matemáticas. A prática pedagógica no âmbito da habilidade cognitiva pode ser desenvolvida por meio de leituras, diálogos e confronto de ideias.

Em uma perspectiva experimental, o desenvolvimento de habilidades procedimentais, centra-se na ideia do saber-fazer, uma relação conjunta da habilidade cognitiva e procedimental, pois incluem as capacidades técnicas, os métodos, as estratégias e as regras em atividades de leitura, desenho, cálculos, recortes, colagens dentre outras ações que permitem um caráter motor (ZABALA, 1998, p. 43-44).

A habilidade procedimental permite à criança desenvolver sua motricidade a partir de atividades práticas, com as quais ele faz uso do manual para capacitar suas estratégias. O trabalho do professor na área procedimental implica na vivência de brincadeiras por parte da criança na qual a mesma relaciona-se com a aprendizagem por meio de movimentos e ritmos.

Na última e mais importante parte do tripé de habilidades, encontra-se as habilidades atitudinais, vista como peça-chave na construção da integridade da criança e como pressuposto primordial na compreensão e respeito do outro em suas interações sociais, além de diminuir as manifestações de violência dentro do espaço escolar.

Assim, a habilidade atitudinal diz respeito ao saber ser da criança, uma apropriação das aprendizagens cognitivas e procedimentais exercidas concomitantemente no dia a dia da mesma.

A criança forma sua personalidade a partir de valores e ideias éticas formadas no respeito aos outros, na liberdade e na solidariedade. Em um viés concreto, as atitudes favorecem condutas adequadas, como: “cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, participar das tarefas escolares, etc” (ZABALA, 1998, p. 46).

Desse modo, a prática pedagógica deve permitir interações sociais de incumbência discente, como diz respeito também ao corpo docente e outros profissionais da escola, de modo a desenvolver as habilidades atitudinais do aluno na

Educação Infantil. Assim, a docência centra sua prática diária no intensivo uso dos combinados, são eles: respeitar o colega, não bater ou não falar palavrão, jogar o lixo no lixo, realizar atividades de classe e extra-classe e utilizar as palavras mágicas de bom dia/boa tarde, desculpe, obrigado, por favor e com licença, em todo o ano letivo.

Quando o sujeito é despertado para o aprender, com uso das habilidades atitudinais, desenvolvem-se na criança a reflexão cognitiva e procedimental da atividade, entendendo que não basta apenas repetir, mas também tomar consciência de sua atuação. A capacidade de aprender por meio de valores não se torna um elemento de inteira responsável da criança, mas também do corpo docente, pois “as atitudes de outras pessoas significativas intervêm como contraste e modelo.” (ZABALA, 1998, p. 48)

Entende-se, portanto, que as reproduções praticadas pela criança no âmbito da Educação Infantil não se restringem apenas a atos de violência, mas também a ações éticas de respeito com o outro. Assim, permite-se concluir que a escola caracteriza-se como espaço de construção e desconstrução, uma vez que pratica atos de violência simbólica por meio de sua ação docente e a desconstrói quando se objetiva desenvolver na criança ações valorativas por meio do exemplo no processo de ensino.

Sob a análise do desenvolvimento de habilidades, a prática docente deve centrar-se em processos cognitivos, procedimentais e atitudinais, tripé de sustentação na vida escolar da criança, produzindo-se concomitantemente no dia a dia escolar, sendo necessário destacar neste estudo o desenvolvimento atitudinal da criança na Educação Infantil frente à perspectiva de uma sociedade imersa em várias manifestações de violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a violência urbana presente nas escolas, especialmente, nos limites da Educação Infantil, teve seu propósito em revelar os perigos que essa violência pode trazer para dentro da escola, tendo a criança como canal de transmissão e progressão de atos violentos, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem. Na medida em que o aluno, equipe profissional e comunidade exercem atos de violência sem nenhum enfrentamento, as relações parentais, sociais e educacionais não são substanciadas como relações de formação atitudinais para o indivíduo,

mas como relações que geram reproduções nocivas pelo exemplo.

A partir do ponto em que as implicações negativas da violência urbana perpassam o ambiente escolar, interferindo na integridade atitudinal da criança, geram-se conflitos no processo de ensino e aprendizagem, gerador do fracasso escolar envolvendo professores e alunos vulneráveis em uma sociedade reprodutora de ações que desintegram a moralidade do indivíduo. A Educação Infantil sob o contexto da violência urbana apresenta-se despreparada em lidar com tais manifestações, em razão da ausência de apoio familiar e governamental.

As reproduções praticadas pela criança no âmbito da Educação Infantil não se restringem apenas aos atos de violência, mas também às ações éticas de respeito com o outro. Assim, a escola caracteriza-se como espaço de construção e

desconstrução dessas ações, uma vez que pratica atos de violência simbólica por meio de sua ação docente e a desconstrói quando objetiva desenvolver na criança ações valorativas por meio de ações positivas e de bons exemplos no processo de ensino.

Conclui-se que as implicações advindas externamente da escola devem ser controladas primeiramente pela família, diminuindo assim os índices de mau comportamento e indisciplina dentro da sala de aula, pois como parcela essencial na sociedade, a família possui em seu âmago a incumbência de formar a criança em seus aspectos emocionais e pessoais, para que posteriormente a escola possa complementar essa formação, com base no pilar saber, saber fazer e saber ser.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, nº 47. Campinas, dezembro/1998.

ASSIS, Simone Gonçalves de (org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. / Organizado por Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. – Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010. 270 p.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto, Secretária de Educação fundamental Referencial Curricular para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência**. Vera Maria Candau; Maria da Consolação Lucinda; Maria das Graças Nascimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio

HOUAISS. **Houaiss de lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? **Linguagem & Ensino**, v. 7, n. 1, 2004 (15-51).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

How to cite (ABNT)

SANTOS, Josélia dos Reis Pinto dos; CARVALHO, Marlene de Araújo. Teaching practice and the development of attitudinal skills in early childhood education in the face of manifestations of urban violence. **JOSSHE: Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**. v. 1, n. 1, p. 32-39, jan.-jun., 2018.